

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRASE ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

GÉSSICA DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL E SEUS REFLEXOS NA VIDA ACADÊMICA**

MARINGÁ
2015

GÉSSICA DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL E SEUS REFLEXOS NA VIDA ACADÊMICA**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, ao
Curso de Pedagogia da Universidade
Estadual de Maringá, como requisito parcial
para obtenção do grau de licenciado em
Pedagogia.

Orientação: Professora e Mestre Isabel
Cristina Neves

MARINGÁ
2015

GÉSSICA DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL E SEUS REFLEXOS NA VIDA ACADÊMICA**

Aprovado em: __/__/__

Prof.^a Ma. Isabel Cristina Neves.

(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Celma Borghi Rodriguero

(Banca examinadora)

Prof.^a Dr.^a Ivone Pingoello

(Banca examinadora)

A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E SEUS REFLEXOS NA VIDA ACADÊMICA

GÉSSICA DA SILVA¹

ISABEL CRISTINA NEVES²

RESUMO

Esse artigo refere-se a uma pesquisa de cunho bibliográfico, no qual objetiva debater como se dá o processo de construção da autonomia de crianças da educação infantil e seus reflexos durante a vida acadêmica do indivíduo. Para isso, analisaremos o conceito de autonomia segundo Piaget e como ela se efetiva através da mediação da criança com seus pais e professores. O indivíduo ao ingressar na vida escolar necessita de adaptações por ser um período de muitas mudanças, pois, ao se afastar por um determinado tempo do convívio de sua família, cria novas relações afetivas e tem início a um período em que precisará tomar decisões por si só, por menores que elas sejam. É relevante estabelecer um caminho para a compreensão do processo da construção da autonomia que se inicia na educação infantil com a criança, estimulando o pensamento crítico e desencadeando esse processo que acompanhará o indivíduo durante toda sua vida acadêmica.

Palavras-chave: Construção. Autonomia. Educação Infantil. Reflexos Acadêmicos.

ABSTRACT

This article refers to a bibliographic nature of research, which aims to discuss how is the process of building autonomy of children in early childhood education and its reflection during the academic life of the individual. For this, we will analyze the concept of autonomy according to Piaget and how it is realized through the child's mediation with their parents and teachers. The individual to join in school life needs to be amended because it is a period of many changes, therefore, to get away for a while from his family living, creates new emotional relationships and begins a period that will need to make decisions for themselves only, however small they may be. It is important to establish a path to the understanding of the construction of autonomy process that begins in early childhood education with the child, encouraging critical thinking and triggering the process that will accompany the individual throughout his academic life.

Keywords: Construction. Autonomy. Childhood Education, Academic reflection.

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

² Profª e Mestre do Departamento de Teoria e Prática da UEM e Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como ponto de partida a necessidade de entender como o trabalho didático-pedagógico na educação infantil, pode atuar para a construção da autonomia da criança, considerando-se que, no âmbito familiar, pouco, ou quase nada há de contribuições que contribuam para esta construção. Nossa preocupação se dá pelo fato de considerarmos a autonomia um dos aspectos relevantes na formação do indivíduo para atuar na sociedade como cidadão crítico, consciente e livre para realizar suas escolhas, sem permitir a manipulação das muitas influências que o cercam.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil estabelecem que “as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira”, garantindo à criança experiências que lhe “possibilite situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia [...] nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar”. (p. 25-26)

As rotinas estabelecidas nas atividades desenvolvidas nas práticas pedagógicas na Educação Infantil permitem à criança a formação do hábito. Todo dia ela é incentivada a desenvolver atitudes positivas que ficarão gravadas em sua mente. Robert Fulghum, autor americano, escreveu o livro Tudo o que preciso saber, aprendi no jardim da infância em 1988. Sua obra ficou entre os mais vendidos por quase dois anos, talvez, por se tratar de um livro de prosa simples e direta e que possibilita ao leitor refletir sobre as coisas simples que aprendeu na educação infantil e sua influência para toda a sua vida.

Nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná (2008) tem no início de cada caderno das disciplinas um texto de orientações gerais e nele está posto que

[...] a escola deve incentivar a prática pedagógica fundamentada em diferentes metodologias, valorizando concepções de ensino, de aprendizagem (internalização) e de avaliação que permitam aos professores e estudantes conscientizarem-se da necessidade de “...uma transformação emancipadora [...]”. (p. 15)

Assim, tendo o entendimento de que incentivar os professores e estudantes para ter essa consciência de que precisa haver “uma transformação emancipadora”, portanto independente, libertadora na educação básica, não há como deixar de desenvolver as práticas que promovam a autonomia iniciadas na educação infantil, pois são elas que darão a possibilidade desta emancipação do sujeito.

Ao falarmos em autonomia, nós que além de educadores somos formadores de consciência, nos indagamos se realmente estamos construindo sujeitos pensantes, críticos e curiosos da maneira como estamos encaminhando nosso trabalho em sala de aula.

Piaget vem nos mostrar que existem três fases que fazem parte do processo do desenvolvimento moral da criança, sendo elas anomia, heterônoma, autônoma. Segundo Piaget (1994) a heteronomia é a fase mais predominante do desenvolvimento. Mas autonomia é a meta do desenvolvimento moral. Ou seja, a criança só chega ao estágio da autonomia após passar pelo estágio da heteronomia.

Na visão de Piaget a autonomia só se dá quando a criança é capaz de interagir, falar, expor e se expressar. Para ele, ser autônomo significa estar pronto para construir cooperativamente o sistema de regras morais e operatórias necessárias à manutenção de relações permeadas pelo respeito mútuo.

O autor conceitua a autonomia como sendo “a capacidade de coordenação de diferentes perspectivas sociais como o pressuposto do respeito recíproco” (PIAGET, 1993, p. 173).

A criança inicia suas relações sociais no âmbito familiar que, apesar de serem restritas, segundo Ladeira (2001, p), têm sua importância:

A criança, como todo ser humano, é sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inscrita em uma sociedade, com uma determinada cultura, em que se desenvolve, mas também o marca.

Entretanto na educação infantil essas relações sociais ampliam-se trazendo novos sujeitos, novas regras, novos compromissos que demandam novas atitudes. Todas as relações sociais estabelecidas nesse momento tanto

dos pais quanto dos professores e outros adultos com quem a criança convive serão relevantes, pois todos contribuem para que a criança comece a ver o mundo em sua volta de forma positiva ou não.

Com base nessas situações, é de suma importância que a escola e o professor façam um bom trabalho de adaptação para que se dê a construção da autonomia da criança para então esse processo estar ativo e bem desenvolvido durante a vida acadêmica do indivíduo.

1 - Educação Infantil

A Educação Infantil tem como papel estimular diferentes áreas de desenvolvimento das crianças, para que ela aprenda a se socializar, conhecer o espaço assim como explorar o ambiente.

Com nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9394/96), a Educação Infantil passou a incluir a Educação Básica. Segundo essa lei em seu artigo 29:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Ainda de acordo com a lei, a educação infantil deve ser oferecida pelo município em Centros de Educação Infantil para crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos, e em pré-escolas para crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos. Porém ela não é obrigatória.

2 – Processos da construção da autonomia

É nesta faixa etária que o indivíduo começa a se socializar com o meio, seja em casa ou até mesmo inserido na escola. Toda criança ao adentrar no meio escolar já trás consigo conhecimentos prévios adquiridos em seu âmbito familiar. Mas é na escola que a criança começa a se socializar com outros e então receber regras morais e respeitar as individualidades de cada indivíduo.

Piaget defende que o pensamento e os sentimentos desenvolvem-se de forma paralela, constituindo o desenvolvimento cognitivo como uma condicionante da forma de sentir e do juízo moral. Para o autor, “toda moral consiste num sistema de regras e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por estas regras” (PIAGET, 1992, p. 49).

Piaget (1997, p.2) ainda inicia suas pesquisas sobre o desenvolvimento moral na criança observando o comportamento delas frente aos jogos. Para ele os jogos sinalizam a moralidade humana por três razões:

I – Representam uma atividade interindividual reguladora por certas normas que mesmo herdadas das gerações podem ser modificadas pelos membros do grupo de jogadores.

II – Às vezes, as normas não possuem caráter moral, em si, o respeito a elas é, ele sim, moral e envolve questões de justiça e honestidade.

III – O respeito provém de mútuos acordos entre os jogadores e não da mera aceitação de normas impostas por pessoas de fora à comunidade e jogadores.

Ainda, segundo Piaget, há três fases do desenvolvimento moral:

ANOMIA	HETERÔNOMA	AUTÔNOMA
A: Negação. NOMIA: Regra, lei.	A lei, a regra vem do exterior do outro.	Capacidade de governar a si mesmo.
Bagunça Devassidão Libertinagem Dissolução	Medo Autoritarismo Imposição Castigo Prêmio Respeito unilateral Autocracia Tirania	Cooperação Amor Respeito mútuo Afetividade Livre-arbítrio Democracia Reciprocidade Lei causa e efeito

Fonte:<http://www.bigmundoinfantil.com/2011/05/o-desenvolvimento-moral-segundo-piaget.html>. Acesso em: 8 Jun. 2014.

Como o desenvolvimento da inteligência, o desenvolvimento do juízo moral passa da heteronomia para a autonomia. Sendo assim o desenvolvimento moral, a heteronomia equivale ao egocentrismo intelectual primitivo. Piaget, 1999, (p.39) ressalta que “a primeira moral da criança é a da obediência.”. [...] A moral da primeira infância fica, com efeito, essencialmente heterônoma, isto é, dependente de uma vontade exterior, que é a dos seres respeitados ou dos pais.

3 – Relações entre pais e filhos na construção do processo da autonomia

Algumas crianças ao serem inseridas na Educação Infantil passam por situações de adaptações, choram, fazem birra, se negam a fazer as atividades propostas, sentem dificuldades em interagir com as outras crianças e, em alguns casos mais extremos, resistência em permanecer no ambiente escolar.

Alguns por se sentirem “inseguros” não conseguem lidar com o novo, assim querem voltar para a família que faz tudo por eles, talvez por se sentirem também inseguros em relação aos cuidados de seus filhos e assim acabam permanecendo em sua zona de conforto. A psicóloga Vascos, (2013, p.13) ressalta que:

Os pais dessa nova geração tendem a serem mais ansiosos, permissivos dentro de casa e extremamente acelerados; não sabem esperar o tempo da criança e fazem a tudo por ela, daí a origem da superproteção. Eles atropelam o ritmo dos filhos e não aguardam impedindo que a autonomia aconteça naturalmente.

Nesta direção, Salgueiro e Bittar (2011) acentuam que A vida é nossa com os valores que construímos e disso não podemos abrir mão, sob pena de estarmos falindo como pais! Então, educar para a autonomia tem um percurso que se inicia dentro de nós! E o meditar reflexivo sobre nosso cotidiano, pode nos ajudar e muito.

Ainda, segundo os autores citados, cabe aos pais a tarefa não muito simples e nem fácil de promover em seus filhos a independência que necessitam para serem indivíduos autônomos. Por haver, na índole dos pais, o desejo de proteger seus filhos dos perigos, das frustrações, das dores, das privações e poupá-los de situações negativas, acabam por promover neles a imaturidade e o despreparo para enfrentarem as adversidades da vida. Por isso Salgueiro e Bittar (2011), ainda reforçam que cabe aos pais estimulá-los a serem independentes, a terem crítica sobre suas ações, é prepará-los para a sua vida pessoal e para enfrentar o mundo atual, altamente competitivo! Mas sem esquecer que a solidariedade e a generosidade, também advêm desta independência, desta autonomia, enfim desta maturidade.

Basta que os pais tenham uma base familiar de espelho para o filho, pais que estimulem e que não deem tudo que queiram e da forma como

desejam; é preciso que o convívio familiar seja de extrema estimulação para seus filhos, chamando-os sempre para participar de atividades domésticas, ou até mesmo atividades do dia a dia como colocar o tênis, vestir a meia, arrumar a cama para dormir, tirar a roupa na hora do banho, arrumar a mesa para o jantar e etc. Claro, sempre com o acompanhamento dos pais para que isso não ultrapasse o limite da autonomia e os tornem crianças sem limites e também manipuladoras.

Os pais que acham que estão protegendo os filhos, poupando-os do sofrimento, de situações difíceis e constrangedoras; não entendem que os desafios, especialmente do ambiente escolar, são fundamentais para que a criança se desenvolva. Vascos (2013, p. 13) acentua que:

Esse tipo de mãe ou pai tende a culpar os professores e a escola, quando o filho não está evoluindo como as outras crianças. Esses pais geralmente estão enfermos emocionalmente – por alguma história que sofreram no passado – e têm grande dificuldade de educar com limites, desafios e autonomia. Eles não querem que os filhos passem por aquilo que eles já passaram.

Nesse sentido, por insegurança, acabam, por sua vez, tomando a frente de atitudes nas quais o filho já deveria ter a autonomia de tomá-las, tornando assim, adolescentes ou até mesmo adultos com uma grande dificuldade de iniciativa própria.

4 – O papel do professor no desenvolvimento da autonomia

Infelizmente, uma situação muito comum entre os pais é a terceirização do processo de educação de seus filhos ora para pessoas, ora para alguma instituição de ensino que julgam aptas para dar conta do desenvolvimento psíquico e moral deles. Quando agem assim, delegando tão importante responsabilidade a outros, principalmente para a escola e professores, não entendem que este processo ficará totalmente comprometido pelo fato de ele necessitar da interação da família e da escola. Existe um trabalho em conjunto no qual os pais precisam estar cientes de que, se não houver este entrosamento entre eles, se não houver a busca por objetivos comuns e se não

houver as mesmas exigências tanto da escola como dos pais, colocar-se-á em risco o desenvolvimento desejado para seus filhos.

O Papel do professor é, assim como dos pais, estimular o indivíduo a iniciar suas escolhas por si só, sejam elas desde a simples escolha da cor que gostaria de colorir seu desenho ou, até mesmo o de fazer indagações quando não consegue interpretar a estória que lhe foi contada. Isto tudo tem importância no processo de ensino e aprendizagem do aluno e também no desenvolvimento de sua autonomia, desde que sejam utilizando recursos didático-pedagógicos pautados em teorias distantes das tradicionais, reprodutoras e excludentes que, infelizmente, ainda povoam grande parte das escolas brasileiras, responsáveis pela formação do sujeito dócil, submisso e que, mesmo depois de adulto, preserva uma postura heterônoma.

Para mudar este quadro, o que precisamos são de práticas alicerçadas na tendência histórico-crítica que desenvolve, desde a educação infantil, a concepção de o aluno se ver como sujeito histórico na sociedade em que está inserido.

Muitas vezes o indivíduo passa mais tempo na escola do que com os pais, assim, é necessário que o professor esteja sempre atento ao seu comportamento, cabendo a ele orientar os pais para algumas questões importantes que não colaboram para proporcionar a maturação neural da criança, como afirma Vasconcelos (, 2013, p.14).

O professor precisa orientar os pais, pedindo que respeitem a maturação neuronal da criança. Existe um processo neurológico para aprender. Os pais devem confiar nos professores e no trabalho que está sendo executado.

Na relação em sala de aula o professor deve orientar o trabalho para gerar, assim, a independência do aluno do saber do professor, nunca antecipando as respostas do aluno, atitude comum do professor, talvez por não acreditar na capacidade do aluno em contribuir para o assunto debatido em sala de aula. Com tal postura, faz com que o aluno se sinta desmotivado, tendo, assim, uma falsa concepção de eficiência, deixando que os outros alunos rotulados de “inteligentes” falem por ele por se sentir incapaz de se

manifestar diante da situação, de modo que se torna cômodo deixar que os outros respondam por ele.

Esta situação é concebida com base na postura do professor que pretende manter o controle das aprendizagens sem dar o tempo necessário para que o aluno a construa por si. Comumente, este tipo de autoridade em sala de aula faz com que haja o bloqueio da curiosidade do aluno que até então era viva, aguçada, pois nesse caso, parece que somente o professor sabe, e somente é ele quem tem voz. Esse tipo de acontecimento pode gerar marcas no indivíduo a ponto de se calar diante de diversas situações, até mesmo naquelas que, por sua vez, exija sua participação, arrastando esses traumas consigo até a vida adulta.

Por isso, é importante que o professor seja cauteloso ao lidar com o aluno durante essa fase, pois é a base para que muitos processos se desenvolvam, processos esses que o acompanharão por toda vida. É no âmbito escolar que o sujeito começa então a desenvolver seu lado crítico, participativo e defensor de suas opiniões. Para isso, cabe ao professor a formação que lhe dê condições de auxiliar, mediar, intervir, articular situações pedagógicas que facilitem e encorajem o aluno em seu processo de aprendizagem, fazendo com que desenvolva nele, desde a educação infantil, a autonomia para defender suas ideias, ter opiniões próprias, e saiba se posicionar frente a situações inusitadas e adversas que surgirão pela vida afora.

5 - Reflexos da educação para a autonomia na vida acadêmica

Se quando criança, desde a Educação Infantil o sujeito teve o privilégio de frequentar uma escola cujo objetivo da proposta pedagógica apontava para desenvolver o processo de autonomia de verdade e não apenas no papel, encontrará mais facilidade para atuar na sociedade como cidadão por já estar familiarizado com este tipo de postura. É aquele cidadão que não se acomoda diante das situações de seu cotidiano, que não espera por outros para resolver suas pendências e que assume suas responsabilidades, inclusive às referentes ao seu processo de aprendizagem.

Em se tratando de estudantes, tanto do ensino médio como do ensino superior, percebe-se nitidamente a diferença entre aqueles que passaram por uma educação para a autonomia e dos que não tiveram este privilégio. No decorrer do processo de aprendizagem, quando o indivíduo se depara com diversos obstáculos, entre eles a elaboração de trabalhos em grupos, leituras, atividades individuais e outras formas de avaliação, o aluno iniciado desde cedo na educação para a autonomia consegue melhores resultados porque aprendeu a ser independente e buscar as soluções para responder a esses desafios de forma criativa e autônoma. Ele pouco recorre ao professor em busca de soluções e, comumente o surpreende com respostas diferentes das usuais.

A importância da autonomia no ensino superior é inquestionável, principalmente por se tratar de um nível de ensino responsável pela formação de profissionais que irão atuar em diversos segmentos da sociedade. Para isso seria relevante que todos os professores que passaram pelo processo de escolarização desses indivíduos façam um bom trabalho para que a formação da autonomia não pare na Educação Infantil e sim, que ela se estenda durante toda a vida acadêmica do sujeito, inclusive na graduação. Que os professores deem a liberdade dos alunos se imporem diante de algumas situações e sejam encorajados a manifestar suas opiniões em sala de aula. Paulo Freire (2002, p.24) esclarece que:

O professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente, a sua sintaxe e a sua prosódia; o professor que ironiza o aluno, que o minimiza, que manda que “ele se ponha em seu lugar” ao mais tênue sinal de sua rebeldia legítima, tanto quanto o professor que se exime do cumprimento de seu dever de propor limites à liberdade do aluno, que se furta ao dever de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do educando, transgride os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência.

Na visão de Freire (2002), a autonomia deve ser respeitada e estimulada em diferentes situações, situações essas que o professor não deve ser autoritário, impedindo que o aluno se manifeste até mesmo para expor posicionamentos contrários aos do professor. Estimular debates e discussões é

uma das maneiras de alicerçar a autonomia e fixar o conhecimento, possibilitando ao aluno um aprendizado mais complexo e profundo.

Os alunos que evidenciam a autonomia em seu processo de aprendizagem, ao serem avaliados demonstram ter domínio do seu próprio conhecimento, e até mesmo avalia, regula e organiza seus processos cognitivos. Romanowski e Wachowicz (apud Anastasiou; Alves, 2003, p. 126) afirmam também que:

Na realização da avaliação formativa a auto-avaliação assume uma perspectiva de regulação da aprendizagem em que a metacognição é preponderante. A metacognição consiste nos mecanismos de controle e ajuste do aluno sobre seus próprios processos de aprendizagem, combinando e articulando as tarefas e os processos de cognição que utiliza na conquista do conhecimento e que resultam numa aprendizagem singular.

Ribeiro (2003) explica que esse conceito de metacognição refere-se ao desenvolvimento cognitivo e a influência em áreas fundamentais da aprendizagem, tais como a oralidade, escrita e compreensão, influências essas nas quais o indivíduo constrói seu processo de entendimento daquilo que se deve aprender, não valorizando apenas aquilo que se sabe, mas também o que ainda está por aprender. Isso tudo se dá a partir de duas formas ideais para o entendimento da metacognição que são: *Conhecimento sobre conhecimento* que é a forma que ocorrem os processos para a realização das atividades e *controle ou auto regulação* que seria a capacidade do indivíduo se auto avaliar e corrigir suas atividades sendo assim necessário.

No entanto é necessário que o sujeito passe por essas etapas e que se desenvolvam competências próprias para o seu desenvolvimento cognitivo, fazendo com que o aluno vá mais além em seu nível de amadurecimento, não tratando apenas de rendimento escolar, mas de iniciativas de sobrevivência.

Contudo, fica claro que o rendimento escolar não depende somente da idade, experiências ou algo relacionado ao nível intelectual, mas sim, de como foi desenvolvido nesse sujeito a cognição e metacognição, desenvolvimento esse em que o aluno deve aprender a monitorar diante de seu rendimento acadêmico e de toda sua vida. Grangeat, (1999), defende que para aprender é

preciso aprender como fazer para aprender, que não basta fazer e saber, mas é preciso saber como se faz para saber e como se faz para fazer.

Entretanto, a metacognição nada mais é que a desencadeadora da aprendizagem cognitiva, processo esse que necessitaria de uma atenção especial, pois muitas vezes essa não é a realidade das escolas e centros acadêmicos. A autoavaliação é uma forma de avaliação que faz parte do processo da metacognição, resultado concreto da autonomia intelectual do acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando realizamos este trabalho tínhamos como objetivo entender como o processo de formação da autonomia da criança era construído tanto no âmbito da família e, mais especificamente, na Educação Infantil. Queríamos entender e conceituar a autonomia segundo Piaget que estabelece as bases teóricas desse trabalho. Através dessa pesquisa compreendemos o caminho para a construção da autonomia da criança na Educação Infantil.

Analisamos que alguns fatores primordiais para a construção dessa autonomia dependem de como as ações didáticas –pedagógicas serão aplicadas durante o percurso da criança na Educação Infantil. Vimos que o indivíduo que se ingressa o quanto antes no ensino Infantil, tem oportunidades de desenvolver melhor autonomia, através de todo trabalho que a Educação Infantil dá ênfase. Mas para isso é necessário que os pais estejam também trabalhando em conjunto com os professores para que o trabalho feito fora de casa não se prejudique no ambiente familiar.

Nesse sentido a escola e os pais desempenham um papel importante na vida do indivíduo, onde se for bem estimulada e trabalhada a autonomia segue com o sujeito até sua carreira acadêmica, tornando-se um adulto crítico, responsável e capaz de se governar pelos próprios meios.

Acredito que esse trabalho possa, a partir das reflexões propostas, contribuir para a formação dos professores. No entanto, entendemos que a

mudança só surge efeitos quando houver um trabalho contínuo que estimule o compromisso dos professores e pais com atitudes que faça o indivíduo agir de forma autêntica.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, L. das G. C. Ensinar, aprender, apreender e processos de ensinagem. In: _____. **Processos de ensinagem na universidade:** pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville, SC: UNIVILLI, 2003. p. 11-38.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.* São Paulo: Editora Paz e terra, 2002.

FULGHUM, Robert. Tudo que preciso saber aprendi no jardim da infância. In: <http://celi-educa.blogspot.com.br/2010/08/tudo-que-preciso-saber-aprendi-no.html>.

Acesso em 04/01/2016.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GOULART, Barbosa Íris. **Piaget, experiências Básicas para utilização pelo professor.** 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995

LADEIA, Delia. **O Eu criança na educação infantil.** Em pauta – Revista Criança do professor de educação infantil, Brasília, n.35, p.19-21,2001.

LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky e Wallon:** teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992. 115 p.

MEC. Secretaria de Educação Básica Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para a Educação Básica Coordenação Geral de Educação Infantil. Brasília, 2010.

MULLER; Helenitae VASCOS; Vilmara. **Pais que estimulam a autonomia dos filhos facilitam o trabalho dos professores**, Ed. Abril. Revista sistema Maxi de Ensino. São Paulo, v. 15, Ano 8, p. 12- 14, set. 2013.

PACIEVITCH, Thais. Educação Infantil. In: <http://www.infoescola.com/educacao/educacao-infantil/>. Acesso em 07/08/2015

PIAGET, Jean. **O desenvolvimento do pensamento: equilibração das estruturas cognitivas**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

RIBEIRO, Célia. *Metacognição: Um Apoio ao Processo de Aprendizagem*. Minas Gerais. 2003.

SALGUEIRO e BITTAR. **A família e o desenvolvimento da autonomia dos filhos**. São Paulo. 9 de set, 2011.